A Construção de Novos Paradigmas para o Ensino Agrícola: Notas Introdutórias

Brunna Angélica Evarista da Silva[1]; Maria Madalena da Silva[2]

[1] Aluna do Curso de Licenciatura em Química do IFCE/Campus Iguatu. brunna.evangelica@yahoo.com.br
[2] Professora, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE /Campus Iguatu. madalena-silva81@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo socializar uma reflexão crítica, realizada através de revisão de literatura, a cerca do ensino agrícola no Brasil ao longo dos diferentes contextos políticos, analisando as diretrizes e recomendações oficiais para o Ensino Técnico de Nível Médio, a partir de 1990, buscando dentro dos princípios do Documento Final do Seminário Nacional sobre a (Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, elementos que possam contribuir efetivamente para repensar o Projeto Político Pedagógico dos cursos na área do Ensino Agrícola do IFCE - Campus Iguatu.

Palavras–chave: Educação Profissional, Ensino Agrícola, Política Educacional

1. INTRODUÇÃO

O final do século XX trouxe para a sociedade mundial, intensas e marcantes transformações, econômicas, sociais, políticas, culturais e educacionais. Nesse cenário intensificam-se os debates entre diferentes grupos da sociedade brasileira em torno das mudanças necessárias a nossa educação e uma atenção especial é dada ao Ensino Médio e a Educação Profissional. Em 1996, é aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 e em 1997, a Educação Profissional é regulamentada pelo Decreto 2.208 de 17 de abril. A estrutura prescrita no Artigo 3º. incisos I, II, e III, do referido decreto, tem-se os níveis: a) Básico: que destinou à qualificação, requalificação e profissionalização de trabalhadores independente da escolarização prévia; b) Técnico, destinado à habilitação profissional para alunos egressos do ensino médio; c) Tecnológico, correspondente aos cursos de nível superior na área tecnológica, destinado aos oriundos do ensino médio técnico.

A Educação Profissional de nível médio no Brasil, é hoje, regulamentada pelo Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004, que manteve as ofertas de cursos técnicos nas modalidades concomitante e subseqüente, prescritos pelo decreto anterior – 2.208/07 – e trouxe de volta em seus princípios e diretrizes a proposta de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio. O IFCE - Campus Iguatu, foi criado originalmente em 1955, com a denominação de Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, em 1979, foi denominada de Escola Agrotécnica Federal de Iguatu – CE, e foi implantada a habilitação de Técnico em Agricultura com ênfase na irrigação. A portaria n° 170, de 15 de março de 1985 substituiu a habilitação de Técnico em Agricultura por Técnico em Agropecuária. Desde então a referida instituição, vive todos os percalços da política educacional brasileira quando esta se refere ao ensino agrícola no nível técnico.

Neste sentido, o objetivo desse trabalho visa socializar as reflexões realizadas a cerca do ensino agrícola no Brasil ao longo dos diferentes contextos políticos, analisando as diretrizes e recomendações oficiais para o Ensino Técnico de Nível Médio, a partir de 1990, buscando dentro dos princípios do Documento Final do Seminário Nacional sobre a (Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, elementos que possam contribuir efetivamente para repensar o Projeto Político Pedagógico dos cursos na área do Ensino Agrícola do IFCE - Campus Iguatu.

2. MATERIAL E MÉTODOS

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

O trabalho desenvolvido situa-se no campo das abordagens da pesquisa qualitativa, sendo este, de natureza bibliográfica e documental, compreendendo a partir de Minayo que (2010) as pesquisas de natureza qualitativa, trabalham com "o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes" dos seres humanos. Esse conjunto de fenômenos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o Homem se distingue dos demais seres, não só pela ação, mas por poder pensar no que faz, sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade em que esta inserido, realidade que vive e partilha com seus semelhantes". (MINAYO, 2010, p.21)

Para discutir acerca do desenvolvimento do ensino técnico agrícola no Brasil, foco principal deste trabalho, buscamos aprofundar o conhecimento em relação a temática, em Sobral (2004, 2008, 2009), Manfredi (2002), dentre outros e nos documentos relacionados a legislação brasileira, tendo como foco principal o Documento sobre a (Re)significação do ensino agrícola elaborado pelo MEC/SENTEC em 2009, fruto de cinco seminários regionais ocorridos no ano de 2008.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É consenso entre os estudiosos do tema que a Educação profissional no Brasil, assumiu por um longo tempo, finalidades sociais de assistencialismo, correção, moralização e prevenção da marginalidade. Politicamente, o período histórico que antecede a Revolução de 1930 é representado por um momento de disputa entre os dois segmentos principais da classe dominante: de um lado, a burguesia industrial nascente, defendendo um programa nacional-desenvolvimentista baseado na industrialização; do outro, a velha oligarquia agrária exportadora, detentora, até então, da hegemonia política e econômica do país. As mudanças no panorama econômico brasileiro, a partir da metade do século XX, iriam imprimir alterações subseqüentes no campo educacional.

Coincidindo com o fenômeno da urbanização e a emergência de uma classe média, a indústria brasileira que acaba de nascer passa a demandar uma educação capaz de responder as novas necessidades do quadro de desenvolvimento. Na década de 1930, especialmente após a constituição de 1937, a educação profissional foi assumida como "primeiro dever do Estado". Todo o ensino médio e superior tinha caráter profissional e organizava-se nas modalidades agrícola, industrial e comercial. Até 1944, o contexto era de falta de técnicos em várias áreas, inclusive na agrícola. Em sua proposta de reforma educacional, Capanema elaborou um plano-estatuto, com definição de responsabilidades de cada uma das entidades federadas, definindo duas grandes funções para a educação: homogeneizar, no sentido de oferecer um mínimo de cultura à população, e diferenciar, segundo as aptidões de cada um. É nessa função que o ensino agrícola era enquadrado, sob a denominação de ensino especial, ao lado das modalidades comercial, industrial, vocacional. É este o período – década de 1930-1940 - que podemos ter como referência para o ensino técnico no Brasil, mas, não para o ensino Técnico Agrícola.

Em 1961 ocorreu a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 4.024/1961), embora a dualidade estrutural tenha sido mantida, mas, se garantiu a flexibilidade na passagem entre o Ensino secundário e o Ensino profissionalizante. Decorridos quase 15 anos de aplicação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, a lei 4.024/6, estabeleceu as diretrizes e bases da Educação Nacional, fixando normas para o funcionamento dos cursos industrial, agrícola e comercial. As antigas escolas de iniciação agrícola e escolas agrícolas foram agrupadas sob a denominação de ginásios, ministrando as 4 (quatro) séries do 1º ciclo (ginasial) e mantendo a expedição do certificado de Mestre Agrícola. As Escolas Agrotécnicas passaram a denominar-se Colégios Agrícolas, ministrando as 03(três) séries do 2º ciclo (colegial) e conferindo aos concluintes o diploma de Técnico em Agricultura.

A partir de 1964, auge da modernização do Brasil e da ênfase em sua participação na economia internacional, quando se discutiam as questões que embasariam o desenvolvimentismo, tanto o poder público como o setor privado, assumem a função de preparar recursos humanos para serem absorvidos

pelo mercado de trabalho. As situações de dificuldades instaladas nas universidades que não conseguiam absorver a demanda, além dos interesses mais imediatistas do mercado, provocaram o privilégio de uma educação profissional de nível médio. Assim, o ensino técnico assume uma maior importância no sentido de contribuir com as funções político-ideológicas do país, em termos da política de modernização.

Afirma Sobral (2009) que, entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, o Brasil passa por amplo processo de mudança nos padrões vigentes na produção, que tinha como principal característica a fabricação em massa de bens e serviços nos setores econômicos clássicos, ou seja, na agricultura, na indústria e nos serviços". (SOBRAL, 2009, p.3).

A transformação no meio rural proporcionada pela teoria do capital humano, viabilizada pelo programa denominado de "Revolução Verde", foram condicionantes para que o capital agroindustrial demandasse um profissional que desse conta de promover uma nova extensão rural: o Técnico em Agropecuária. O impacto da transformação tecnológica potencializa a estratificação dos pequenos produtores rurais em dois grupos, os integrados à agroindústria e os não integrados. O sistema de integração pressupõe que haja subordinação direta entre os pequenos produtores rurais e a agroindústria. Os integrados gozam de algumas garantias na relação com a agroindústria, entretanto, perdem autonomia como produtores rurais. (SOBRAL, 2009, p.6)

A "Revolução Verde" que, mais do que um grande pacote tecnológico, subordinou a agricultura dos países "em desenvolvimento" aos complexos agroindustriais multinacionais e contribuiu para a despolitização do problema agrário. O aumento da produção agrícola foi acompanhado de uma redução das oportunidades de emprego no campo, configurando um processo de crescimento econômico com altas taxas de exclusão. Soma-se a isso a facilidade de crédito por parte de latifundiários, apontando uma desigualdade na distribuição do financiamento subsidiado. O sistema de crédito mostrou-se concentrado em determinadas regiões, culturas e segmentos de produtores. Assim, as regiões Sudeste e Sul e as culturas que visavam a exportação e os médios e grandes produtores foram privilegiados em detrimento da maioria dos pequenos produtores rurais. (SOBRAL, 2009, p. 77)

Nesse contexto, com o advento da Reforma Administrativa dos Ministérios, ocorrida em 1967 e legitimada pelo Decreto Lei nº 200/67, sob a coordenação do Ministério da Educação e Cultura, foi criado o Departamento de Ensino Médio – DEM, que absorveu as Diretorias do Ensino Agrícola, Industrial, Comercial e Secundário, que implanta a metodologia do sistema escola-fazenda. Essa mudança, foi determinante no sentido de reformular a filosofia do ensino agrícola, que se baseou no princípio do "aprender a fazer e fazer para aprender". Tal sistema tinha por objetivo proporcionar condições para a efetividade do processo ensino/produção, bem como patrocinar a vivência da realidade social e econômica da comunidade rural, fazendo do trabalho um elemento integrante do processo ensino-aprendizagem, visando conciliar educação-trabalho e produção. O objetivo da formação técnica, independente da área, indicava claramente a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Prevalecendo esta proposta até 1971, quando da aprovação da Lei nº 5.692/71, através da qual se tentou implantar uma escola única em termos de uma educação profissionalizante para todos.

Em acordo com Sobral (2005), compreendo que, foi a partir deste momento que a formação técnica de nível médio para o campo se consolida em nosso país. Por meio de uma diretriz condizente com a proposta de "Revolução Verde", ou seja, da substituição dos "insumos tradicionais" por insumos apontados como "modernos", é que a Rede Federal de Ensino Agrícola articula sua proposta de formação técnica. Essa discussão é importante para que possamos compreender que a estrutura curricular, pensada e organizada para esta modalidade de ensino, orientava-se no sentido de atender a preocupação de reproduzir a ordem econômica.

Em 04 de setembro de 1979, pelo Decreto No. 83.935, as escolas Agrícolas passarem a ter a denominação de Escolas Agrotécnicas Federais, acompanhadas do nome do município onde se

encontram localizadas. A partir de então, num cenário de profundas e polêmicas mudanças ocorridas nos anos 80, as políticas de desenvolvimento são inteiramente condicionadas as exigências dos organismos financeiros internacionais. Nesse contexto, em 12 de Abril de 1990, o ensino agrotécnico passou a ser subordinado à SENETE (Secretaria Nacional de Educação Tecnológica) que passa a "estabelecer políticas, normas, diretrizes, bem como prestar assistência técnica-pedagógica às instituições que oferecem educação tecnológica, no âmbito de todos os sistemas de ensino". (BRASIL-MEC/SENETE apud SOBRAL, 2005, pág. 91).

As considerações levantadas até aqui vão no sentido de explicitar e afirmar que nos últimos anos, o ensino técnico, incluindo-se aqui o agrícola, mesmo tendo as suas especificidades, buscando adequar-se às demandas da dinâmica neoliberal, tem reproduzido uma visão utilitarista da educação, no sentido de encará-la apenas como formadora de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Esta retrospectiva mostra também que a formação de técnicos de nível médio, até a promulgação da Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, e a edição do Decreto nº 2.208/96 que, respectivamente, estabelecem a separação conceitual e operacional entre o Ensino Médio e a Educação Profissional e Tecnológica, vinha acontecendo nos moldes das Leis nos 5.692/71 e 7.044/82 e dos pareceres que fixaram as habilitações profissionais, criando duas vertentes. Uma voltada para a educação propedêutica acadêmica e outra para o Ensino Profissionalizante, que através de cursos concomitantes ou posteriores ao Ensino Médio com currículos flexíveis, objetivando facilitar sua adaptação ao mercado de trabalho.

Sob as novas configurações em todos os ramos da produção, ressalta-se aqui a reestruturação produtiva do campo. Esta constatação levou a SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – "a constituir um Grupo de Trabalho denominado "GT do Ensino Agrícola", que iniciou suas atividades elaborando o documento "Contribuição à Construção de Políticas da Rede Federal de Educação, vinculada ao MEC/SETEC" destinado a provocar um repensar sobre o ensino agrícola da Rede Federal". (MEC, 2007. p.4)

O resultado deste trabalho é o Documento Final do Seminário Nacional sobre a (Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, elaborado no decorrer de 2008, onde foi constatado que o modelo de ensino predominante nas instituições que oferece esta modalidade de ensino, ainda tem por base, a metodologia implantada pela COAGRI, na década 60 e 70, a qual "sistematizou e ainda hoje orienta a prática pedagógica do modelo escola-fazenda, baseada no princípio do "aprender a fazer fazendo" voltado para um sistema de produção agrícola baseado na grande produção. A ação das instituições referidas se constituía favorável aos interesses econômicos e financeiros hegemônicos, em escala internacional". (MEC, 2007. p.4)

Ao analisar a atual realidade econômica do país, e concluir que existem pelo menos dois modelos distintos de produção agrícola, um deles voltado para a produção e consumo, identificada como agricultura familiar e outro voltado para a produção em grande escala, ou seja, a agricultura comercial ou agronegócio, aumenta as dificuldades e desafios impostos ao ensino agrícola no sentido de que o mesmo possa dar conta das diferentes demandas. Pela razão expressa, lança-se um olhar sobre essa forma de ensino, com vistas a adequá-lo ao atual momento histórico. Sejam quais forem os modelos, as estratégias e prioridades definidas, é o desafio levantado na rediscussão do ensino agrícola.

Afirma o documento (MEC/SENTEC,2009) que não se tem como negar que existe forte movimento na busca de um modelo de produção sustentável. A agroecologia, com baixa entrada de insumos externos, apresenta-se como uma alternativa de menor agressão ao meio ambiente e com retorno sócio-econômico-financeiro mais adequado, capaz de permitir a diminuição da pobreza e atender às necessidades sociais da população. (MEC/SENTEC,2009, p.14-15)

Neste sentido, repensar o Projeto Político Pedagógico dos cursos na área do Ensino Agrícola na Rede Federal de Ensino, é buscar dentro dos princípios do Documento Final do Seminário Nacional sobre a (Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica,

elementos que possam contribuir efetivamente para a construção de uma proposta pedagógica, que partindo da realidade e de experiências já vivenciadas, dirija o foco da formação para uma consciência da emancipação humana e que se efetive enquanto estratégia de transformação, ou seja, que não se restrinja à lógica do mercado, ao caráter utilitarista e economicista da educação.

4. CONCLUSÕES

Diante da análise da literatura estudada, que trata da educação profissional desenvolvida no Brasil, fica evidente que a estrutura curricular, pensada e organizada, orientava-se e orienta-se no sentido de atender a preocupação de reproduzir a ordem econômica, indicando claramente a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Quando centramos nossa atenção a Educação Profissional destinada ao campo, a afirmação acima se evidencia quando no final da década de 60 e 70 são criadas as antigas Escolas Agrotécnica por meio de uma diretriz baseada no princípio do "aprender a fazer e fazer para aprender". Condizente com a proposta da "Revolução Verde", ou seja, da substituição dos "insumos tradicionais" por insumos apontados como "modernos", podemos compreender que a preocupação era a de reproduzir a ordem econômica estabelecida pela Teoria do capital humano.

O Documento elaborado pelo MEC (2009), que propõe a discussão sobre a (Re)significação do ensino agrícola, constata que nos últimos anos nas instituições de ensino responsáveis por oferecer o ensino agrícola, existe a preocupação em passar do modelo tradicional para o modelo "moderno" e tecnificado de produção, porém, esse processo não está ocorrendo em consonância com a pequena propriedade, pois quanto mais se busca e se introduz inovação técnica, maior tem sido o distanciamento do pequeno produtor desse novo modelo.

Diz o documento que, as novas tecnologias, por um lado, podem provocar certo deslumbramento no aluno, levando-o a menosprezar o modelo classificado como tradicional e antiquado de produção agrícola e, por outro lado, podem também frustrá-lo ao perceber as dificuldades para adotá-las em sua propriedade. Como consequência temos o distanciamento das escolas em relação à agricultura familiar e dos movimentos sociais, uma vez que as mesmas vêm preparando o seu alunado muito mais para lidar com a produção realizada pelo grande capital, do que com a produção da agricultura familiar.

O referido documento, aponta para a necessidade da construção de um Projeto Político Pedagógico, desenvolvido a partir dos princípios que os movimentos sociais do campo defende, ao mesmo tempo que legitima os anseios apontados por Sobral (2005), após a realização da sua pesquisa, em 2004, sobre a formação dos Técnicos em Agropecuária no oeste catarinense.

Com base no exposto até o momento, apresenta-se como hipótese da proposta investigativa, que o ensino agrícola do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu, ratifica o modelo de ensino apresentado no relato acima e como forma de responder as profundas mudanças pelas quais a sociedade tem passado, especialmente o campo brasileiro, necessita rever sua proposta pedagógica no que se refere ao ensino agrícola.

REFERÊNCIAS

COSTA, Áurea de Carvalho. **A educação profissional no campo hoje**. Educação Profissional: Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 2, n. 1, p. 67-74, jul./dez. 2007.

BRASIL. **Ministério da Educação. SEMTEC. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. (Documento BASE). Brasília:MEC/SETEC,2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841. Acesso em 01 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação.Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. **(Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. **(Documento Final).** Brasília DF, abril de 2009.

MANFREDI, Silva Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOBRAL, Francisco José Montório. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense**. Campinas, SP: [s.n.], 2004.

SOBRAL, Francisco José Montório. **Novos desafios para a Educação do Campo**. Palestra apresentada no Seminário Nacional de Educação Profissional, do PRONERA/INCRA, em 04/06/2008, em Luziânia/GO.

SOBRAL, Francisco José Montório. **Retrospectiva Histórica do Ensino Agrícola no Brasil** In: Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica /Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica v. 2, n. 2, (nov. 2009). – Brasília: MEC, SETEC, 2009. Anual ISSN: 1983-0408. p. 75 a 95.